

Portugal e a África do Sul vão desenvolver acções conjugadas para que se chegue à paz em Angola e para que o processo em Moçambique seja mais democrático e pacífico possível

- afirmou o Presidente da República, Mário Soares, em entrevista a «O Século de Joanesburgo», depois de ter assistido à cerimónia de posse de Nelson Mandela como presidente da África do Sul

A África do Sul e os reflexos que a nova situação neste País poderá ter nos cursos políticos de Angola e de Moçambique foram o grande tema da entrevista que o Presidente Mário Soares concedeu a «O Século de Joanesburgo» e na qual abordou, também, outras questões da actualidade africana. Por responder ficaram, contudo, questões referentes ao que o inquietava no estado da nação portuguesa, problemas que o Chefe de Estado se recusa a comentar no estrangeiro, mesmo entre portugueses.

SÉCULO DE JOANESBURGO — O senhor presidente pode dar-nos a sua apreciação ao discurso de Nelson Mandela na cerimónia de posse como presidente da República da África do Sul, especialmente as referências elogiosas que faz ao seu antecessor?

PRESIDENTE MÁRIO SOARES — As palavras proferidas pelo presidente Mandela na sua posse agradaram-me profundamente, visto que foi um discurso de um verdadeiro homem de Estado que mostrou uma grande dignidade moral e uma ausência completa de ressentimento.

Foi, aliás, um discurso muito inteligente pelo facto de ter saudado as Forças Armadas e o seu antecessor nas funções

comparar, na minha modéstia, ao que foi o sacrifício e a luta do presidente Mandela, que esteve preso 27 anos. Eu estive preso pouquíssimos anos em comparação com os

Entrevista de VARELA AFONSO

dele e a minha luta foi muitíssimo mais fácil do que a dele. De qualquer maneira, fiquei naturalmente sensibilizado.

SJ — A delegação presidencial portuguesa foi colocada no anfiteatro do Union Buildings, na cerimónia oficial da posse de Nelson Mandela como primeiro



O PRESIDENTE MÁRIO SOARES E VARELA AFONSO, DIRECTOR DE «O SÉCULO DE JOANESBURGO», APÓS A ENTREVISTA CONCEDIDA AO NOSSO JORNAL NA CIDADE DE CABO

vão aderir mais quatro, logo praticamente 16, só a Irlanda e Portugal é que estiveram representados ao nível de Chefe de Estado.

Quanto a nós, justifica-se por todas as

sidente.

SJ — Que colaboração pensa ser possível entre Portugal e a África do Sul na reconstrução de Angola e de Mo-

Nelson Mandela fez um discurso de um verdadeiro homem de Estado, mostrando uma grande dignidade moral e uma ausência completa de ressentimentos

presidenciais, FW de Klerk. Dizendo aquilo que nós já sabíamos, recordou que todo este processo foi feito em conjugação entre estes dois homens-chave para a África do Sul.

De facto, a nova era da África do Sul começou da maneira mais auspiciosa, mais pacífica e melhor para o País.

SJ — Durante as cerimónias, Nelson Mandela fez uma destacada alusão à presença do presidente Mário Soares e referiu-se particularmente à similitude de situações por que ambos passaram — a prisão política. Sentiu-se orgulhoso por ter sido mencionado nestas circunstâncias?

M.S. — Achei que foi uma grande deferência da parte do presidente Mandela, a qual, naturalmente, me sensibilizou muitíssimo.

Recebi o presidente Mandela em Portugal, no passado mês de Outubro, e constatarei isso durante o nosso encontro, embora, evidentemente eu não me possa

presidente da II República sul-africana, em posição de destaque relativamente a outros países, incluindo grandes potências. A que ficou a dever-se essa distinção?

M.S. — Penso que foi uma questão protocolar. Fomos, de facto, dos últimos a chegar ao local das cerimónias, mas a posição

O que se passou na África do Sul é um grande exemplo para Angola e para Moçambique

que nos foi dada talvez se fique a dever à circunstância de termos sido dos primeiros a responder ao convite de Nelson Mandela de que viríamos assistir a esta cerimónia tão importante. Quero dizer-lhe, já agora, que da Comunidade Europeia, que é constituída neste momento por 12 países aos quais

Encontrei-me muitíssimas vezes com o antigo presidente do ANC, Oliver Tambo, e, aliás, recebi-o também em Portugal. Depois tive o prazer de receber Nelson Mandela. Por isso, estou identificado com este processo e sinto que é um processo histórico, de um alcance extraordinário, não só para a África do Sul mas também para toda a zona da África Austral e para toda a África em geral.

Entre as poucas palavras que tive oportunidade de trocar com o presidente Mandela durante as cerimónias em Pretória foi para lhe dizer «E agora Angola! Agora vocês têm que nos ajudar a nós e têm que participar activamente no arranjo da paz em Angola e no arranjo, também, para que as eleições em Moçambique corram bem». Moçambique deveria seguir o exemplo sul-africano de constituir um governo de unidade nacional depois das eleições, qualquer que seja o resultado delas. Esta parece-me ser a chave do êxito desta situação.

SJ — Já convidou Nelson Mandela a visitar oficialmente Portugal na sua qualidade de Presidente da República sul-africana?

M.S. — Ainda não convidei, mas vou convidá-lo na carta que lhe enviar de Lisboa e na qual lhe vou agradecer a maneira como fui recebido na África do Sul e, mais uma vez, felicita-lo. Logo que chegar a Lisboa, vou naturalmente convidá-lo a visitar Portugal e gostaria que Nelson Mandela incluisse o nosso País na lista dos primeiros a que vier a deslocar-se oficialmente como pre-

razões, porque desde o início seguimos este processo.

Estive na África do Sul em 1989 e conversei bastante com De Klerk. Convenci-me que ele ia fazer uma verdadeira ruptura com o antigo sistema de apartheid e que estava empenhado numa África do Sul nova. Fiz tudo o que pude, na América e na Europa, para convencer os meus homólogos de que ele estava animado das melhores intenções. Por outro lado, sempre apoiámos o Congresso Nacional Africano e Nelson Mandela.

SJ — Se fosse chefe do Governo, que política adoptaria no relacionamento com a África Austral ou, por outras palavras, que política africana defenderia para Portugal?

M.S. — A posição que está a ser adoptada parece-me perfeitamente correcta. Nós estamos no quadro da Comunidade Europeia e no quadro bilateral a fazer todos os esforços possíveis no sentido de desenvolver as nossas relações comerciais, económicas e culturais com a África do Sul e a apoiar a fundo o processo que está em curso.

É da nossa vantagem e das centenas de milhares de portugueses que vivem na África do Sul que este processo seja um êxito e que tudo corra bem.

SJ — No seu entender, acha que os políticos portugueses estão suficientemente informados e documentados para formularem juízos sobre o que deve ser a nossa política africana?

M.S. — Não tenho dúvidas de que os mais responsáveis estão concerteza. Têm vindo cá, têm-se pronunciado e existe um grande consenso nacional a respeito destas questões.

SJ — Que reflexos pensa que a nova situação sul-africana vai ter na evolução política dos países vizinhos?

M.S. — Penso que vai ter reflexos muito positivos. O que se passou na África do Sul é um grande exemplo para Angola e também um grande exemplo para Moçambique.

Tive uma conversa muito positiva com o presidente Eduardo dos Santos. Pareceu-me muito amadurecido e muito consciente da necessidade desta oportunidade para se chegar a um cessar-fogo.

Espero que a presença, quer do presidente Eduardo dos Santos quer do presidente Chissano, nestas cerimónias na África do Sul os faça reflectir que este é o caminho.

SJ — Falou com mais algum dos líderes políticos dos países Paíop?

M.S. — Falei com todos em geral, mas com o presidente Eduardo dos Santos falei mais, porque tinha algo para lhe dizer direc-



«É DA NOSSA VANTAGEM E DAS CENTENAS DE MILHARES DE PORTUGUESES QUE VIVEM NA ÁFRICA DO SUL QUE ESTE PROCESSO SEJA UM ÊXITO E QUE TUDO CORRA BEM.»

tamente.

SJ — O senhor presidente não achou as cerimónias realizadas demasiado dispendiosas para o Orçamento de um País com milhões de cidadãos sem emprego, sem habitação e com carências no sec-

O comunismo falhou totalmente como sistema de governo, mas as causas que lhe deram origem requerem soluções que não são as do neo-liberalismo

tor do ensino e da assistência social?

M.S. — Acho que estas cerimónias foram simples e nada pomposas. Foram dignas e um acto destes tem que ser assinalado na memória das populações.

Acho que ninguém se vai esquecer deste dia. O programa foi feito com muita dignidade e não vejo que pudesse ser feito de maneira diferente.

SJ — Pensa que as bases vão corresponder aos apelos de reconciliação lançados pelos líderes políticos sul-africanos?

M.S. — Penso que sim. Julgo que as populações compreenderam e a paz que se tem vivido nestes dias é de muito bom agúrio.

Aliás, tive a ocasião de cumprimentar e também de falar um pouco com Mangosuthu Buthelezi e com o Rei dos Zulus, Goodwill Zwelithini. Felicitei-os muito por estarem na cerimónia de posse do presidente Mandela e por terem participado no processo eleitoral. Acho que essa participação foi muito significativa e muito importante.

SJ — Que pensa da lição de civismo dada pelo povo sul-africano no processo eleitoral, quando se sabe que a sua esmagadora maioria não possui educação política?

M.S. — Isso confirma a convicção em que estou há muitos anos, direi mesmo há muitas décadas, de que a democracia tem um valor universal e que todos os povos estão aptos para a democracia.

A ideia cínica, que havia há uns dez ou vinte anos atrás, de que só os povos ricos é que se podiam dar ao luxo de ter democracias é uma ideia profundamente falsa, porque só através da democracia é que pode haver desenvolvimento e se pode lutar contra a pobreza e contra o subdesenvolvimento. Sem liberdade não se pode lutar contra a miséria e não se conseguem políticas sociais reformistas que sejam capazes de trazer um melhor nível de vida às populações. Para o conseguir é preciso, naturalmente, ter regimes democráticos e de liberdade. Isso ficou claro depois do fracasso do comunismo no Mundo, ocorrido em 1989, que simbolicamente foi também o ano em que a África do Sul se começou a mover no sentido da democratização.

SJ — Como interpreta as manifestações de apoio a Fidel Castro quando o presidente cubano entrou no anfiteatro do Union Buildings em Pretória? Pode entender-se como sendo forte a componente comunista do ANC?

M.S. — Isso faz parte da mitologia normal. Apesar de tudo, Fidel Castro, com todos os seus defeitos e arrastando o seu país para uma situação que é hoje trágica, tem manifestações de simpatia no estrangeiro, que não terá no seu próprio país.

E tem-nas no estrangeiro porquê? Porque aparece ainda como alguém que fez frente aos americanos e as pessoas, sobretudo na América Latina e os povos de África, não gostam muitas vezes dessa superioridade americana e, portanto, gostam de alguém que tenha a capacidade de a enfrentar. Essa mitologia, que ainda existe na cabeça de muitas pessoas, faz com que elas saúdem o homem que representa isso.

SJ — Como vê o movimento comunista no mundo e o regresso dos comunistas ao poder na Hungria?

M.S. — Acho que o comunismo falhou

redonda e totalmente como sistema de governo no Mundo. Mas as causas que deram origem ao comunismo — a desigualdade das pessoas, a miséria e o subdesenvolvimento — requerem soluções que não são as do neo-liberalismo, mas que são soluções

de solidariedade, aquilo que sempre foi a minha posição do socialismo democrático.

E é por isso que os comunistas, reconvertidos agora a formas de democracia pluralista, quer em Itália quer na Hungria, quer ainda noutros países, estão a ressurgir.

É evidente que as pessoas têm ânsia de liberdade e, uma vez conquistada a liberdade, querem políticas de solidariedade e não querem ser tratadas em regime de completa desigualdade e com a frieza do liberalismo, que condena milhões de pessoas à fome a viverem miseravelmente. Isso não é mais possível no final do século XX.

SJ — O senhor presidente considera que as actuais fronteiras políticas africanas correspondem aos interesses e desejos dos seus povos?

M.S. — Porventura não, visto que as fronteiras foram traçadas arbitrariamente pelos colonizadores. Trata-se de um problema de grande gravidade e que tem que ser muito ponderado. Alterar fronteiras mexe com interesses muito complexos.

Talvez quando as coisas se tornarem mais maduras e as populações mais conscientes, isso venha a ser, aqui e ali, rectificado. Mas levantar essa bandeira neste momento não creio que seja um motivo de sabedoria.

Quando acabar as funções de Presidente da República, vou escrever alguns livros que me faltam fazer e efectuar algumas viagens. Vou ser um cidadão livre, normal e pacato como todos os outros cidadãos portugueses. Isto é também um exemplo de pedagogia democrática

Continuo a pensar que, nos anos 60, quando surgiu o movimento descolonizador, ele teve aspectos de grande libertação, mas também outros muito negativos, como a criação de elites negras, tiránicas, a viverem num fausto perto da miséria dos seus povos, feitas e pagas por aqueles a quem enfeudavam os seus próprios países, que eram as grandes empresas multinacionais. Apesar de tudo, foi de uma grande sabedoria nessa altura manter as fronteiras tais como elas existiam antes da descolonização. E porquê? Para não envolver os povos em grandes conflitos.

Infelizmente, em muitos locais há conflitos tribais e é possível que um dia se tenha que rever a posição das fronteiras.

SJ — E quando acha oportuna essa revisão?

M.S. — Não acho que seja oportuno neste momento fazê-lo. Acho que primeiro é preciso consciencializar as elites africanas e os africanos em geral para esse problema, o qual terão que ser eles a decidirem não os europeus.

SJ — Senhor presidente, como defensor de teses federalistas, considera que elas se podem aplicar com sucesso na África Austral?

M.S. — Bem, em toda a parte tem havido grandes movimentos regionalistas. Neste momento, vi com algum interesse que o hino que se cantou nas cerimónias de posse do presidente Mandela o hino que se can-

tou foi o da unidade africana. Isso significa que a África do Sul quer participar activamente na política africana e vai ser um dos países líderes e não o país líder da Unidade Africana. Isso não me oferece dúvidas.

Na Europa está a desenvolver-se um processo de integração europeia e eu sou favorável a esse processo, que tem um sentido federalista, mais ou menos original. Não vamos é ficar, agora, presos às palavras. Mesmo a palavra União Europeia significa mesmo isso. Foi também pela União que começaram os Estados Unidos.

Trata-se de um sentido lógico. Há também a União dos Povos Ibero-Americanos e nós, neste momento, estamos a fundar uma grande Comunidade baseada na Língua Portuguesa, da qual vai haver uma reunião com a participação dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, do Brasil e de Portugal.

Nesta altura são correntes mundiais. A par disso, há o aprofundamento do regionalismo e das regiões, com a defesa e a expressão de certas etnias nos países que as têm. Não é o caso de Portugal, onde somos todos da mesma, felizmente, mas é o caso, por exemplo, da ex-Jugoslávia e de outros países europeus onde há etnias diferenciadas. No fundo, é um problema que só a democracia e a liberdade podem resolver.

SJ — Portanto, o modelo CEE poderia aplicar-se perfeitamente a esta região da África Austral?

M.S. — É possível que sim.

SJ — A estabilidade do processo democrático sul-africano vai depender de um esquema sustentado de desenvolvimento económico. Pensa que a comunidade internacional vai apoiar a África do Sul depois dos desastres que têm sido todos os programas de ajuda a países africanos devido a desvios nos seus objectivos e aplicações?

M.S. — Espero que sim. A Comunidade Europeia vai fazê-lo com certeza e espe-

M.S. — São situações não comparáveis. O que se passou em Portugal foi um incidente lamentável, que eu lamento muito mas não mais do que isso. Houve uns tantos timorenses que estavam no aeroporto a espera dos outros timorenses que chegaram e que iam em peregrinação, os quais foram insultados por serem colaboradores com o poder indonésio.

Lamento que isso tenha acontecido porque sou a favor da liberdade religiosa e não gosto que as pessoas sejam agredidas de nenhuma forma, nem verbal nem fisicamente. Portanto, foi qualquer coisa de imponderável que aconteceu e que espero que não se repita, porque está contra os nossos hábitos.

SJ — O presidente Mário Soares assinou com a Índia um acordo que reconhece a anexação de Goa, território que foi invadido durante a soberania portuguesa tal como aconteceu, mais tarde, a Timor, ocupado pela Indonésia. Existe alguma diferença de critérios?

M.S. — Não, não. São problemas completamente diferentes. Em primeiro lugar, os movimentos de resistência que existiam em Goa, Damão e Diu quiseram eles próprios integrar-se na União Indiana, depois de lhes ter sido recusado o estatuto que pretendiam e que lhes daria uma certa independência quer em relação à União Indiana quer em relação a Portugal. Fui amigo pessoal de alguns líderes dessas tendências, como Tristão Bragança da Cunha, Froiland de Melo e outras figuras de Goa, que foram perseguidos e presos pelo Governo de Salazar e que radicalizaram as suas posições. Aconteceu ali o veio a acontecer em África. Quando nós chegámos a situação estava madura. Aliás, a descolonização começou não em 1974, como se diz, mas em 1961 com a invasão de Goa e com a falta de resistência demonstrada, para além da posição ridícula e inverdadeira que foi dada ao País sobre o que aconteceu.

A situação de Timor é completamente diferente. Timor era uma colónia portuguesa a qual foi dada a possibilidade de se autodeterminar, tal como aconteceu com as outras colónias. Simplesmente, em curso de autodeterminação — não nego que houve erros e omissões da parte das autoridades portuguesas no decurso dessa autodeterminação relativamente ao conflito entre as diversas forças que queriam a autodeterminação de Timor — houve uma invasão arbitrária de um país estrangeiro, que foi a Indonésia. Primeiro invadiu militarmente, contra aquilo que as Nações Unidas prescreviam, e depois anexou pela força o território. De tal maneira que as Nações Unidas nunca reconheceram a invasão de Timor pela Indonésia.

No plano internacional, estamos perante uma questão de direito internacional e de direitos humanos. Nós demos os primeiros passos para a autodeterminação, de acordo com as recomendações das Nações Unidas, e entretanto uma potência estrangeira invadiu e anexou, verificando-se uma situação que nunca foi reconhecida pela ONU. Portanto, o caso de Timor é completamente diferente daquilo que se passou em Goa.

SJ — Senhor presidente, o que é que o inquieta neste momento no estado da nação portuguesa?

M.S. — Bem, há muitas coisas que me inquietam, mas não é aqui nem agora o momento para falar dessas questões.

Portugal e a Irlanda foram os únicos países da União Europeia representados ao nível de Chefe de Estado

neceram durante as cerimónias e visitas de turismo, sem terem sido molestados. A Lisboa chegou recentemente um grupo de peregrinos indonésios de origem timorense, incluindo o embaixador itinerante do presidente Suharto, que foi insultado e agredido. Como compara estas situações.

SJ — Estamos a falar entre portugueses...

M.S. — Estamos a falar entre portugueses mas não é no estrangeiro que falo dos assuntos internos de Portugal.

SJ — Admite poder fazer uma Presidência Aberta sobre a Educação?
(cont. na pag. 14)



O PRESIDENTE MÁRIO SOARES COM O DIRECTOR DE «O SÉCULO DE JOANESBURGO», VARELA AFONSO, NA CIDADE DO CABO

Entrevista com Mário Soares

(cont. da pag. 11)

M.S. — Acerca disso não me pronuncio, por se tratar de uma pergunta sobre a actualidade interna portuguesa.

SJ — Pensa que o aumento do desemprego em Portugal pode gerar uma corrente anti-europeia?

M.S. — Também não falo sobre isso.

SJ — Sem poder competir com norte-americanos, japoneses, coreanos e chineses, em produtividade e custos, acha que os trabalhadores europeus estão dispostos a rever os parâmetros actuais e ajustá-los a um quadro de competitividade, com a perda de algumas vantagens sociais?

M.S. — Esse é um problema que se coloca hoje à Comunidade Europeia no seu conjunto, e aos japoneses também, embora em menor grau. De qualquer maneira, trata-se de um grande problema que tem que ser resolvido pelo mundo e que faz parte, digamos, daquilo que se pode considerar uma nova ordem económica mundial.

SJ — Se a Constituição o permitisse, candidatar-se-ia ao terceiro mandato presidencial?

M.S. — Já disse que não. Mesmo que houvesse um movimento nesse sentido e que viesse a ser feita uma revisão constitucional — os deputados são livres de reverem, como entenderem, a Constituição —, eu não me candidataria porque não concordaria com essa modificação.

SJ — E quem gostaria de ver em Belém como seu sucessor?

M.S. — Ninguém. Não sou monarca, não designo sucessores. Aquele que o povo português escolher será quem eu respeito como presidente da República. É uma das regras normais da república democrática.

SJ — Após o seu mandato como Presidente da República, tem como projecto o desempenho de alguma função política a nível internacional?

M.S. — Não tenho nem quero ter qualquer projecto nesse sentido. O meu futuro é o futuro de todas as pessoas que chegam a uma certa idade e que começam a tratar da sua vida e a preparar-se para a grande viagem para o outro mundo.

Quando acabar a Presidência da República, terei 71 anos e nessa altura vou escrever alguns livros que me faltam fazer, vou fazer algumas viagens, vou proferir algumas conferências, vou dar uma ou outra opinião sobre o que me apetecer. Vou ser um cidadão livre, normal e pacato como todos os outros cidadãos portugueses. Isto é também um exemplo de pedagogia democrática.

SJ — O senhor presidente gostaria de deixar uma mensagem à Comunidade Portuguesa da África do Sul?

M.S. — Concereteza que a deixo e com muito gosto. Acho que é do maior interesse para todos os portugueses que vivem e trabalham na África do Sul que se integrem activamente no processo de transformação da África do Sul num país moderno, democrático, livre e multirracial. Isto é um projecto de grande alcance mundial, é um projecto que representa um sonho de gerações e é um projecto pelo qual vale a pena lutar, visto ser um projecto generoso e algo de um grande designio universal, que tem a ver com o próximo século que aí vem. Portanto, é indispensável que a África do Sul, um país com potencialidades extraordinárias, se transforme numa grande, poderosa e progressiva nação multirracial.